

Cadernos do Cáucaso-Revista do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso
Grupo de Pesquisa de Política Internacional -UFRJ
ISSN: 2674-5801 site: www.gppi-ufrj.com

A ATUAÇÃO DO GRUPO DE MINSK NO CONFLITO DE NAGORNO-KARABAKH

Bianca de Moura Pupo
CFCH/NEPP-DH/UFRJ

Orientador:
Dr. Prof. Alexander Zhebit
PPGHC/NEPP-DH/CFCH- UFRJ

Coorientador:
Dr. Prof. Rodrigo Monteiro de Carvalho
PPGHC / IH - UFRJ

RESUMO:

O domínio territorial do enclave de Nagorno-Karabakh opõe Azerbaijão e Armênia há mais de duas décadas e resulta no esforço internacional do Grupo de Minsk, estabelecido pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), para mediar a disputa. Ainda longe de ser angariada a paz para o conflito, após a assinatura do cessar-fogo, de 1994, são empreendidas negociações pouco frutíferas que visam à definição do nível de autonomia da região e acabam por desgastar a conjuntura política do Cáucaso. Embora o Grupo seja associado a uma influente organização intergovernamental voltada para segurança, a OSCE, e os países que o compõem possuam um histórico positivo quanto à resolução de conflitos por via diplomática, o progresso das negociações se mostra deveras moroso. Frente à situação, por meio do presente estudo, analisar-se-á a efetividade das ações tomadas pelo Grupo de Minsk, bem como a implicação de sua atual estrutura operativa para a preservação da situação conflituosa. Por fim, tenciona-se provar a hipótese de que a resolução do conflito, a despeito da iniciativa de Minsk, se encontra no protagonismo conferido àqueles que mediam as negociações para o término do empasse, que encontram na inércia múltiplos benefícios.

Palavras-chave: Nagorno-Karabakh, Grupo de Minsk, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, Armênia e Azerbaijão

ABSTRACT:

The territorial domain of the Nagorno-Karabakh enclave has opposed Azerbaijan and Armenia for more than two decades and it results in the international effort of the Minsk Group, which was created by the Organization for Security and Co-operation in Europe (OSCE) in order to mediate the dispute. Nevertheless, a peaceful resolution for this conflict is difficult to be reached. Afterwards the assignment of the 1994 ceasefire, fruitless negotiations to define the level of autonomy in the region have been established and it adversely affects the political conjecture of the Caucasus. Regardless of the Minsk Group is associated with an influential intergovernmental security organization, the OSCE, whose participating States traditionally aim at a conflict resolution by diplomatic channels, the negotiation process is overdue. Considering this situation, it's been analyzed in this paper the effectiveness of the Minsk Group actions, as well as the implication of its current operational structure for the preservation of the dispute. Furthermore, the hypotheses which intends to be proved is that conflict resolution will only be



achieved when mediators countries of the Minsk Group obtain more benefits in resolution than in inertia.

Keywords: Nagorno-Karabakh; Minsk Group; Organization for Security and Co-operation in Europe; Armenia and Azerbaijan.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo analisar as implicações da atual estrutura institucional e operativa do Grupo de Minsk nos processos de mediação que foram promovidos entre a Armênia e o Azerbaijão, a fim de encerrar o conflito na região de Nagorno-Karabakh. Primeiramente, será examinada a estrutura do grupo e a posteriori os interesses políticos que condicionam a tomada de decisão de seus integrantes. Para concluir, pretende-se demonstrar que aqueles que promovem o diálogo entre as partes têm interesse na manutenção do atual status quo.

Nagorno-Karabakh, enclave de maioria armênia em território azeri situado ao sul do Cáucaso é palco do primeiro e maior conflito armado em território que pertenceu à União Soviética. Protagonizam o conflito a Armênia e o Azerbaijão, muito embora sejam três as unidades políticas que reivindicam o direito de administrá-la, a considerar o governo da capital de Nagorno-Karabakh, Stepanekert (KAZIMIROV,2008). Nesse sentido, as hostilidades iniciaram-se há mais de duas décadas, apesar das animosidades entre as partes datarem do período entre 1905 e 1918, quando azeris promoveram o deslocamento forçado de armênios a fim de retirá-los da região de Nakhichevan. Consonante a isso, recorrendo às operações militares de Hojali e Maraga, armênios adotaram igual conduta com relação à população azeri (KAZIMIROV,2008). Por conseguinte, houve um recrudescimento do sentimento nacionalista entre as populações desses países como forma de afirmar-se em oposição ao país que lhes era oponente.

À luz dos Acordos de Helsinki, de 1975, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) visa à paz na região, com o respeito ao cessar fogo entre as partes, por meio dos processos de mediação orquestrados no âmbito do Grupo de Minsk. Criado oficialmente como fórum de negociação, em seis de dezembro de 1994, pela Cúpula da OSCE, em Budapeste, o Grupo de Minsk surgiu da necessidade apontada em 24 de março de 1992, momento em que a organização se reuniu em Helsinki para discutir o tema de Nagorno-Karabakh. Contudo, só iniciou suas atividades em 23 de março de 1995 com o início do mandato dos embaixadores a ocuparem as co-presidências do Grupo (OSCE, DOC. 525/95). Liderado por Estados Unidos, Federação Russa e pela República Francesa e tendo como membros permanentes a Bielorrússia, a Alemanha, a Itália, a Suécia, a Finlândia, a Turquia, a Armênia e o Azerbaijão, o Grupo de Minsk se incumbem de visitar a região regularmente e possui a prerrogativa de utilizar as forças multinacionais de manutenção da paz da OSCE quando averiguada a necessidade.

Dessa forma, objetiva-se asseverar garantias internacionais que propiciem o fim do conflito, bem como a consolidação de medidas que levem à cooperação futura entre a Armênia e o Azerbaijão. Dentre as resoluções obtidas a partir das negociações do grupo, está aquela que, em 2007, aponta os Princípios de Madri¹ como os preceitos norteadores para a estabilidade plena da região, pelos quais propõem-se a incorporação de medidas graduais e assertivas para que a vontade das pessoas que vivem em Nagorno-Karabakh seja respeitada.

A despeito das negociações estabelecidas pelo Grupo de Minsk, o Conselho de Segurança das Nações Unidas já debateu o tema, em suas resoluções S/RES/822 (1993), S/RES/853 (1993), S/RES/874 (1993) e S/RES/884 (1993), incitando que as hostilidades promovidas pelos

países cessassem. Por conseguinte, quatro acordos de cessar fogo já foram assinados e posteriormente desrespeitados pelas partes, possibilitando massacres como o de Khojaly, o maior ocorrido no conflito, responsável pela morte de ao menos 613 azeris civis entre os dias 25 e 26 de fevereiro de 1992. O último armistício, estabelecido em 1994, foi gravemente violado, em dois de abril de 2016, com a ofensiva do Azerbaijão para além da Linha de Contato, que estabelece a fronteira entre os países por meio do enclave, embora ainda persista legalmente. Evento que vai de encontro com os dispositivos estabelecidos no artigo nono da constituição azeri de 1995, que condena hostilidades como meio de solução de controvérsias internacionais. Objeto de repúdio internacional, a ação azeri foi sucedida pela realização de exercícios militares russos próximos à fronteira do Azerbaijão, no Norte do Cáucaso, no dia quatro de abril. No dia subsequente, Moscou instiga a retomada do cessar fogo. Solicitação que não foi atendida.

1. Do regime institucional:

O desrespeito ao cessar-fogo de 12 de maio de 1994 não provocou mudanças na estrutura operativa do Grupo de Minsk, nem na sua retórica oficial acerca do imbróglgio. Voltado à tomada de decisão que vise às medidas de confiança e construção de segurança (CSBMs), principalmente no aspecto humanitário, o grupo possui a competência de averiguar e fomentar o cessar fogo, por meio de promoção de negociações entre as partes, a fim de estabelecer a força multinacional de *peacekeeping* da OSCE (OSCE, 522/95).

Corroborando com os processos supracitados, com um orçamento de 999.300 Euros para o ano de 2003, o grupo é norteado pela co-presidência dos embaixadores Henri Jacolin, da França, Nikolai Gribkov, da Federação Russa e Rudolf Perina, dos Estados Unidos, e tem por representante pessoal do presidente em exercício para a situação de Nagorno-Karabakh, o embaixador Andrzej Kasprzyk, da Polônia, que exerce seu mandato há cerca de vinte anos. Por não haver limite temporal quanto à alocação dos cargos, a organização demonstra grande estabilidade institucional em arregimentar aqueles que são os seus processos de mediação (OSCE, 2013, 2005).

2. Dos aspectos político-econômicos:

Baku observou um rápido crescimento econômico devido à elevação de suas divisas financeiras oriundas do petróleo, que tende a perdurar após a confirmação da venda de dez bilhões de metros cúbicos de gás para a União Europeia a partir de 2019 (GAFARLI, 2016,

1. Baseando-se nos princípios de não uso da força, integridade territorial, igualdade de direitos e autodeterminação dos povos, a Conferência da OSCE em Madri, de 2007, estabeleceu que os territórios fronteiriços a Nagorno-Karabakh devem estar sob controle do Azerbaijão, conferindo status provisório para Nagorno-Karabakh a fim de fornecer garantias para segurança e autogovernança local. Ademais, estipulou um corredor ligando a Armênia a Nagorno-Karabakh, aferiu que será dada uma futura determinação acerca do status legal sobre Nagorno-Karabakh por meio da expressão da obrigatoriedade da lei; asseverou o direito de todos os refugiados de retornarem aos seus locais de residência de origem e estipulou garantias de segurança internacionais que incluem operações de manutenção da paz (KOCHARYAN,2015).

p.10). Semelhante conjuntura possibilita uma enorme disparidade de poder entre as partes do conflito de Nagorno-Karabakh, pois Baku alcançou um PIB sete vezes maior que o de Yerevan, possuindo o triplo de contingente populacional (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2016). Fato que contribui para o desequilíbrio da balança de poder regional em favor do Azerbaijão, sem que haja efetivos mecanismos de atração de investimentos e população para a Armênia que a façam reverter tal cenário.

Dado que a Armênia não pode recorrer ao petróleo como o Azerbaijão fez para impulsionar sua economia, resta-lhe investir no comércio internacional como forma de atrair divisas para o país, contudo dos quatro países que lhe são fronteiriços, Turquia e Azerbaijão têm suas fronteiras fechadas para o país devido à disputa pelo enclave e a Geórgia detém estreitas relações comerciais com Baku (MAMMADOV, 2011). É importante que se ressalte que o alinhamento turco e georgiano ao Azerbaijão se fundamenta na construção do gasoduto que liga Baku, Tbilisi e Ceyhan para o transporte de recursos energéticos direcionados a União Europeia, o que confere aos dois países importante papel estratégico e altos ganhos a partir das taxas de trânsito oriundas da atividade econômica (MAMMADOV, 2011). No que concerne ao baixo contingente populacional, a Rússia instituiu em 2009 uma nova política de imigração chamada “Compatriotas” que oferece incentivos àqueles nacionais de países que compuseram a União Soviética para imigrar para regiões russas pouco povoadas. Medida que incentivou milhares de armênios a se mudarem para território russo (HAKOBYAN, 2012).

Tais fatores podem desequilibrar a balança de poder regional, pois o aumento das receitas do setor energético impulsionam maior investimento azeri em suas forças armadas, o que propicia um vertiginoso aumento da lacuna militar que separa os dois países que disputam o domínio de Nagorno-Karabakh (MAMMADOV, 2011). A despeito de ter obtido tais números, Giorgi Kanashvili, o Diretor Executivo do “Centro da Casa Caucasiana”, não acredita na alteração da balança de poder regional devido à disparidade econômica, populacional e militar, defendendo que a balança de poder na região apenas mudaria caso ocorressem processos democráticos similares ao da “revolução das rosas”, ocorrido na Geórgia, em 2003 (MGHDESYAN, 2016).

Apesar de sua fragilidade numérica, em contraposição ao posicionamento azeri, a Armênia alega ter soberania sobre o montanhoso jardim preto, significado etimológico de Nagorno-Karabakh, devido a eventos históricos que consolidam o local como aquele em que ocorreu o despertar da nacionalidade armênia moderna, por nele ter ocorrido, na década de 1720, a rebelião contra o exército otomano liderada por Davit Bek (YOSHIMURA, 2007). Consonante a isso, Yerevan entende que é seu dever proteger a sua população que habita no enclave, cerca de três quartos dos habitantes do local é de origem armênia, por isso deve manter sua ocupação na região, bem como no corredor de Lacin, menor rota a ligar o país a Nagorno-Karabakh.

A partir da perspectiva do Direito Internacional, o direito de autodeterminação dos povos é uma garantia asseverada pelas Nações Unidas. No entanto, é inviável assegurá-lo por meio da realização de um plebiscito no local, pois a constituição azeri institui que apenas podem ocorrer referendos que abarquem toda a população do país, inviabilizando a possibilidade

de fazê-lo apenas com a população do enclave. Devido à postura azeri de inviabilizar mecanismos democráticos de apuração da identificação patriótica dos habitantes Nagorno-Karabakh, tolhendo a salvaguarda desse povo de se autodeterminar, em dezembro de 2015, o vice-ministro da Defesa da Armênia, Davit Tonoyan, torna pública a mudança de posição do país com relação ao enclave, de “defesa estática” para “dissuasão ativa”.

Nesse sentido, os meios de comunicação armênios interpretam com preocupação a recente aproximação de Moscou de Baku. Por mais que tenham sido numerosos os manifestantes que, em janeiro de 2015, protagonizaram os protestos que ficaram conhecidos como “Yerevan elétrica” contra o monopólio russo no setor de energia, o governo armênio, assim como a oposição, não creem que o conflito de Nagorno-Karabakh será solucionado sem apoio de uma aliança militar russa (GAFARLI,2016). Por isso, a Armênia compõe todos os projetos russos de integração no Cáucaso (CIS, CSTO, EAEC, SES, Eurasian Customs Union e EAEU²) a fim de fortalecer suas relações com o país.

Dessa forma, segundo Lowenthal, conflitos como o de Nagorno-Karabakh enfraquecem os países do Cáucaso do Sul e propiciam a competição por influência de Estados externos na região. Nesse sentido, a Federação Russa, componente do Grupo de Minsk, anseia reaver a influência que detinha na região no período da União Soviética por meio da “Estratégia de Conflito Controlado” (LOWENTHAL, 1971, APUD GAFARLI, 2016, p.2). Motivo esse que a leva a mediar as negociações entre Armênia e Azerbaijão a fim de solucionar o conflito político-territorial.

Por possuir relações diplomáticas próximas com a Armênia, por meio do Tratado de Amizade, Cooperação e Ajuda Mútua, e em igual medida possuir relações comerciais próximas ao Azerbaijão, por ser fornecedora de 85% do armamento do país, segundo o Instituto de Pesquisa sobre Paz Internacional de Stockholm (SIPRI), Moscou se mantém atento à questão e sugere coordenar tropas de peacekeeping no enclave. Essa ideia é rechaçada por tanto pela Armênia como pelo Azerbaijão, que temem que uma expansão da presença militar russa na região possa ameaçar as suas soberanias (KAZIMIROV, 2008).

Em consonância com o posicionamento russo, a França, integrante do Grupo de Minsk, fomenta, no âmbito da União Europeia, medidas para o acompanhamento e resolução do imbróglio. Em 2003, o Conselho Europeu indica um Representante Especial para a resolução de conflitos no sul do Cáucaso, bem como, em 2010, há a criação da Parceria Europeia para a Solução Pacífica do Conflito de Nagorno-Karabakh (EPNK), que pretende contemplar atores não-governamentais na busca por uma solução pacífica para o conflito. A fim de apoiar a atração de agentes não-governamentais para a resolução da controvérsia, seis milhões de euros foram direcionados para a EPNK entre 2012 e 2015. Contudo, a parceria possui baixa visibilidade e gera pouco impacto no processo do alcance da paz (GAFARLI,2016, p.11).

2. Respectivamente, Comunidade de Estados Independentes, Organização do Tratado de Segurança Coletiva, Grupo Econômico do Leste Asiático e Cáucaso, Espaço Econômico Único, União Aduaneira Eurasiana e União Econômica Eurasiana.

Por fim, os Estados Unidos da América, possuem interesse no sul do Cáucaso devido ao petróleo e à influência que eles podem deter na localidade à luz do choque de interesses de potências regionais como a Rússia, a Turquia e o Irã. A partir da perspectiva do Secretário de Estado, Strobe Talboot, de 1997, “*importa profundamente para os Estados Unidos se isso [escalada de conflitos] vier a acontecer em uma área que possui até 200 bilhões de barris de petróleo. Essa é outra razão pela qual a resolução de conflitos deve ser a prioridade da política dos EUA na região*”³ (GAFARLI,2016, p.5, tradução livre). Dessa forma, os Estados Unidos compõem o Grupo de Minsk em busca de garantir seus interesses geoestratégicos por meio do grupo. É importante que se destaque, contudo, que há concomitantemente o fomento a entidades correlatas que versam sobre essa matéria, como o Comitê Nacional Armênio da América e a Assembleia Armênia da América, organizações de lobby próximas a congressistas americanos que visam à garantia dos interesses de Yerevan.

Conclusão

O Grupo de Minsk possui um aparato institucional e operacional que visa ao alcance da paz na região de Nagorno-Karabakh. Composto por Estados Unidos, França, Rússia, Armênia, Azerbaijão e países com interesses estratégicos na região, a entidade, guiada pelos ideais de Helsinque, entende que os princípios de Madri são a melhor alternativa para conduzir a estabilidade regional. Embora Nagorno-Karabakh já tenha sido pauta do Conselho de Segurança das Nações Unidas por quatro vezes e a instituição não sofra com problemas orçamentários, grandes avanços na resolução do conflito ainda não foram alcançados. Ao analisar o escopo das discussões travadas entre seus componentes, é notório que o Grupo de Minsk priorize esforços para questões de âmbito militar em detrimento de esforços que se debrucem sobre os fatores políticos dos agentes envolvidos no imbróglio. Semelhantes fatores fazem com que entidades estatais presentes no Grupo de Minsk encontrem na manutenção do conflito vantagens estratégicas.

“O Kremlin pode ter preferido agir sozinho, mas possivelmente foi obrigado a conformar-se, pelo menos, ao formato do Grupo de Minsk para dar as suas propostas maior legitimidade, bem como para projetar a imagem de um parceiro indispensável na resolução de crises, também no vasto escopo do cenário internacional” (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2016)⁴.

Em consonância com esta citação, segundo Garfali, a Federação Russa possui capacidade política para findar o conflito por meio de medida unilateral devido às fortes relações que mantém com a Armênia e o Azerbaijão. Contudo, a manutenção do status quo é vantajosa ao possibilitar a expansão da influência do país no Cáucaso (GARFALI, 2016). Segundo a John

3. “It would matter profoundly to the United States if that [conflict escalation] were to happen in an area that sits on as much as 200 billion barrels of oil. That is yet another reason why conflict resolution must be job one for US policy in the region”(GAFARLI,2016).

4. Tradução nossa. “The Kremlin may have preferred to act alone but was possibly constrained to pay lip service at least to the Minsk Group format to give its proposals greater legitimacy, as well as to project the image of an indispensable partner in crisis resolution also on a wider international stage.”

Maresca, primeira embaixadora americana para a OSCE e negociadora especial para Nagorno-Karabakh, ‘*Moscou gostaria de reestabelecer o controle da antiga fronteira soviética com Turquia e Irã e compartilhar das riquezas petrolíferas do Azerbaijão*’⁵ (HUMAN RIGHTS WATCH,1994, p.64). Nesse sentido, o Boston Globe alega que treinadores militares russos treinam tropas azeris nas proximidades da cidade de Ganji, no norte do Azerbaijão. Atitude que vai de encontro a anseio, expresso pelo Grupo de Minsk, de minar a ação militar na região (HUMAN RIGHTS WATCH,1994).

Ainda à luz da obra de Garfali, os interesses que motivam a União Europeia a se manter atenta ao imbróglio de Nagorno-Karabakh têm que ser analisados sobre o prisma da relação de dependência energética europeia com relação à nação azeri. Frente à situação, a ausência de liberdades políticas no Azerbaijão, bem como a aproximação da Armênia da OTAN, impelem a União Europeia a se manter neutra quanto à questão, se mantendo a parte dos processos de mediação do Grupo de Minsk. Fator que não a impede que apoiar os esforços da sociedade civil para construir a resolução do conflito (GARFALI, 2016).

Advogando em prol do alcance da paz durante as negociações inseridas no contexto do Grupo de Minsk, os Estados Unidos enxergam no conflito a oportunidade de melhor se afirmar na região do Cáucaso. Ao passo que o país não se opõe à presença de forças militares russas de manutenção da paz desde que supervisionadas pela OSCE (HUMAN RIGHTS WATCH,1994). Posicionamento dúbio que se expressa em colocações elaboradas por entidades internacionais como a Human Right Watch que afirma:

“Os Estados Unidos têm duas políticas voltadas para Karabakh: uma originária do Capitólio e a outra da Casa Branca. Enquanto o Departamento de Estado tem tentado desempenhar o papel, nas palavras do ex-embaixador Strobe Talbott, de ‘um mediador honesto no conflito’, condenando o deslocamento de civis e violações dos Direitos Humanos por ambos os lados, o Congresso aprovou uma posição definitiva pró-armênia e dificilmente critica abusos armênios com relação aos Direitos Humanos”⁶ (HUMAN RIGHTS WATCH,1994).

Por fim, o conflito de Nagorno-Karabakh, como o primeiro e maior a ocorrer em antigo território soviético, por envolver interesses político-territoriais totalmente excludentes, é com certeza um dos maiores desafios da diplomacia atualmente no Sistema Internacional. Portanto, ele requer uma análise profunda que extrapole âmbito militar e abarque o porquê da entidade voltada unicamente para a solução do conflito não conseguir fazê-lo, o Grupo de Minsk. Este artigo se propôs a analisar, a estrutura operacional do Grupo e as influências políticas que movem a ação de seus integrantes a fim de provar que uma solução que conduza a estabilidade e paz no local não é alcançada porque a manutenção do status quo beneficia agentes políticos presentes dentro da entidade.

5. Tradução nossa. “Moscow would like to reestablish control of the former Soviet frontier with Turkey and Iran, and to share in Azerbaijan’s oil riches”.

6. Tradução nossa. “The United States has two Karabakh policies: one originating on Capitol Hill, the other in the White House. While the State Department has attempted to play the role, in the words of former Ambassador-at-Large Strobe Talbott, of “an honest broker in the conflict,” condemning displacement of civilians and human rights abuses by both sides, Congress has adopted a decidedly pro-Armenian position and has hardly criticized Armenian human rights abuses.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBASOV, Namig. *Minsk Group Mediation Process: Explaining the Failure of Peace Talks*. Journal of Caspian Affairs, Vol.1, No.2, pp.59-76, 2015.

CORNELL, Svante E. *The Nagorno-Karabakh Conflict*. Report no. 46, Department of East European Studies, Uppsala University, 1999.

CROISSANT, Michael P. *The Armenia-Azerbaijan Conflict: Causes and Implications*. West Port: Praeger, 1998.

GAFARLI, Orhan et al. *The role of global and regional actors in the South Caucasus*. Caucasus Edition – Journal Of Conflict Transformation, 2016.

HUMAN RIGHTS WATCH. *AZERBAIJAN: Seven Years of Conflict in Nagorno-Karabakh*. 1994.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Nagorno-Karabakh: New Opening, or More Peril?* Europe Report, N°239, 2016. Disponível em: < <https://www.crisisgroup.org/europe-central-asia/caucasus/azerbaijan/nagorno-karabakh-new-opening-or-more-peril>>. Acesso em: 05.set.2016.

HAKOBYAN, Julia. *End of “Compatriots”?: Government says Russian immigration program unacceptable for Armenia*. Armenia Now, 04.out.2012. Disponível em: < https://www.armenianow.com/society/40234/russian_program_compatriots_concerns_armenia_labor_migration>. Acesso em: 02.maio.2018.

KAZIMIROV, Vladimir. *Is There A Way Out of the Karabakh Deadlock?* Russia in Global Affairs, №1, 2008. Disponível em: < http://eng.globalaffairs.ru/number/n_10360>. Acesso em: 05.set.2016.

KOCHARYAN, Shavarsh. *Why the Nagorno-Karabakh Conflict Is Still Not Resolved*. Yerevan, 2015.

MAMMADOV, Galib. *Nagorno Karabakh Conflict: Armenia’s Victory or Nightmare?* Foreign Policy Journal, 13.out.2011. Disponível em: < <https://www.foreignpolicyjournal.com/2011/10/13/nagorno-karabakh-conflict-armenias-victory-or-nightmare-2/>>. Acesso em: 10.set.2016.

MGHDESYAN, Arshaluys. *Karabakh after April: two victories and anticipation of new war*. EurAsia Daily. Disponível em: < <https://eadaily.com/en/news/2016/06/01/karabakh-after-april-two-victories-and-anticipation-of-new-war>>. Acesso em: 07.set.2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Joint Statement of the Heads of State in Tehran*, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Protocolo de Bishkek*, 1994.

ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE (OSCE). *Survey of OSCE Long-Term Missions and other OSCE Field Activities*, 2005.

ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE (OSCE). *Permanent Council Decision No. 522*, 1995.

PAUL, Amanda e SAMMUT, Dennis. *Nagorno-Karabakh and the arc of crises on Europe's borders*. European Policy Centre, 2016.

POKALOVA, Elena. *Conflict Resolution in Frozen Conflicts: Timing in Nagorno-Karabakh*. *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, Vol. 17, No. 1, pp. 68–85, 2015.

REPÚBLICA DO AZERBAIJÃO. *Constituição*, 1995.

YOSHIMURA, Takayuki. *Some arguments on the Nagorno-Karabagh history*. ИСТОРИОГРАФИЯ НЕПРИЗНАННЫХ ГОСУДАРСТВ, Slavic Research Center, 2007.